

PROGRESSO E EXCLUSÃO NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CLA EM

ALCÂNTARA: conflito e resistência ao “pelourinho tecnológico”

Artemio Macedo Costa¹

RESUMO

O empreendimento do CLA baseado no paradigma do progresso trata atender uma demanda científico-tecnológica trazendo transformações em sua orientação inicial na ideologia da Segurança Nacional lançando-o à lógica do livre mercado através de acordos de salvaguardas tecnológicas com grandes potências que detém o monopólio tecnológico espacial. Os impactos do empreendimento geraram conflitos relevantes dentro da concepção moderna de lutas de classes representadas entre Estado brasileiro e as comunidades tradicionais, na disputa de parte do território do município de Alcântara trazendo consequências excludentes para a população local em detrimento de uma orientação de um novo modelo político imperialista dos EUA.

Palavras-chave: Progresso. Exclusão. Lutas de Classes.

ABSTRACT

The development of CLA based on the paradigm of progress is meeting a demand by bringing scientific and technological transformations in its initial orientation in the ideology of national security threw him to the logic of free markets through technological safeguards agreements with major powers which has the monopoly space technological . The impacts of new development created conflict within the relevant modern conception of class struggle represented among the Brazilian and traditional communities, in the race part of the municipality of Alcântara bringing exclusionary consequences for the local population rather than an orientation of a new model U.S. imperialist policy.

Keywords: Progress. Exclusion. Class Struggles.

¹ Estudante. Universidade Estadual do Maranhão. artemiocomunista@yahoo.com.br



I. INTRODUÇÃO

As sociedades contemporâneas, pós guerra fria, têm sido cada vez mais impactada pelo binômio capitalismo/democracia. Segundo Wallerstein (2005) o próprio fenômeno da democratização tem aparecido aliado a uma estratégia para a contenção do declínio do poder dos Estados Unidos como superpotência global. Em face disso, vivencia-se um ambiente de incerteza, predominantemente, marcada por disputas territoriais entre nações opressoras e oprimidas. Trata-se de um contexto carregado de simbolismo ideológico e, do incontestado sentido do progresso científico. No dizer de David Harvey (2005) de um “novo imperialismo” que se estrutura no sentido de consolidar uma nova ordem mundial para reestruturação produtiva do capital.

Para aqueles que apostavam no “fim das ideologias” (das classes, do trabalho, das ideologias e da própria noção de proletariado), novas categorias se apresentam, a maioria delas, anunciam, (desde a queda do muro de Berlim e desagregação da URSS) a vitória do capitalismo como sistema econômico e social. O desafio do presente trabalho acompanha o desenvolvimento do atual debate entre diversas vertentes acadêmicas, particularmente as novas abordagens historiográficas a intitulada de História do Tempo Presente.

Falar do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) é discutir as implicações de natureza estrutural, principalmente, as que afetam os grupos étnicos negligenciado pelo Estado brasileiro. O CLA, desde a sua implantação teve como propostas: a fomentação de um projeto amplo de desenvolvimento científico-tecnológico visando a promoção do desenvolvimento das atividades espaciais sustentando-se no paradigma do Progresso. Esse paradigma, em tempos de globalização, tem afetado a soberania de países capitalista dependentes ao se transformar num empreendimento mercadológico privado, a exemplo do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-EUA. No caso dos remanescentes quilombolas o CLA acarreta um processo de exclusão e limpeza étnica porque aliena seus bens materiais e culturais através de uma postura patrimonialista elitista e de “*invisibilidade social*” (CARVALHO: 1995), negando categorias étnico-histórico-sociais específicas e interesses antagônicos de classes.

O foco central da pesquisa é examinar por um lado, o processo de desestruturação das comunidades remanescentes de quilombos e por outro, os processo de desapropriação para ampliação do CLA em face dos interesses transnacionais, envolvendo

disputa de território estratégico para desenvolvimento de um nicho crescente do controle tecnológico cívico-militar no contexto da Nova Ordem Mundial.

II. APONTAMENTOS TEÓRICO/METODOLÓGICOS PARA UMA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Compreender os rumos do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) implica discutir a inserção do Estado brasileiro na dinâmica da globalização capitalista – ou seja, a idéia de um progresso científico cada vez mais associado ao mercado internacional de tecnologia.

Para além da periodização existe uma preocupação de ordem paradigmática a respeito do modelo do pensamento historiográfico proposto: a relação entre o paradigma da modernidade e pós-modernidade. Evidentemente, com o *“fim das ideologias”* impulsionou o fortalecimento da corrente de pensamento pós-moderna, enfatiza a crise da modernidade propondo sua superação conforme destaca o historiador Lorina Repina dando o *status* de uma radicalidade epistemológica para a denominação do *“pós-modernismo iconoclasta”*. (MABERLA E ROJAS: 2007, p. 31)

O historiador Ciro Flamarion Cardoso refuta esta proposição. Lança mão a uma explicação de natureza filosófica citando Blackburn:

“Enquanto para alguns a destruição da objetividade parece ser caminho para se chegar a um radicalismo político libertador, para outros isso vem a permitir pontos de vista nada libertadores, (...) e para outros ainda, como Rorty (...), essa destruição permite um recolhimento de cada um de nós numa atitude estética, irônica, desapegada e jovial quanto as próprias crenças e quanto ao curso dos acontecimentos. Esse recolhimento tem sido criticado por ser socialmente irresponsável (e, em última instância, muito reacionário).” (CARDOSO: 2005, p. 158-9)

O mundo contemporâneo está mergulhado em profundas transformações, o que encoraja uma nova perspectiva de perceber as relações sociais. Suas *“esperanças”* foram abaladas em suas *“representações”*. Podemos identificar conforme afirma Chaveuau e Tétard que houve um *“(...) recuo dos idealismos e o deslocamento do político para uma política de gestão (econômica, social, ecológica, ética, humanitária,...)”*. (CHAVEUAU E TÉTARD: 2007, p. 32)

Mudanças indubitavelmente ocorreram, porém, não atingiram as estruturas sociais da modernidade, mas sim sua maneira de ver em outro prisma. Há aqui mais uma discussão semântica das relações sociais de que uma mudança de paradigma. Possivelmente levemos a crer que a perda da *“esperança”* leve a abandonar para a maioria

dos historiadores o paradigma dito ultrapassado da modernidade por esse mundo ainda moderno em suas instituições (Estado-Nação, sociedade de classes, institucionalização na organização dos movimentos sociais aos moldes liberais de representação política...).

É comum tentar apreender uma visão de que a micro-história através da concepção culturalista seja importante instrumento de libertar a história para sua representação *“por cada região, nação, etnia ou grupo social, fugindo a um nexos construído no centro de formação da idéia de civilização ocidental”*. (PÔRTO JR.: 2007, p. 26) Analisando o espaço social que caracteriza os conflitos vivenciados pelas comunidades tradicionais frente à instalação e amplo interesse de ampliação do CLA em Alcântara, percebe-se que é inevitável quereremos polarizar, dissociar sua interpretação do espaço regional com global, neste caso, com a macro-história, principalmente quando as resistências a esses conflitos estão configurados em uma ruptura de fronteiras geográficas, apresentando cada vez mais solidariedade internacional em suas metas de combate ao imperialismo estadunidense.

III. CLA X COMUNIDADES TRADICIONAIS: CONFLITOS E DISPUTAS TERRITORIAIS

A implantação do CLA se deu no mesmo contexto em que emergiu a programática neoliberal no cenário internacional como uma proposta de renovação da economia de mercado. Como reflexo desta nova rodada de transnacionalização do capitalismo chega ao Maranhão as grandes plantas industriais na década 1980. Se externamente o mundo caminhava para a lógica do capitalismo neoliberal, internamente estava em curso, na representação dos militares, um dos mais ambiciosos projetos científicos de um país em desenvolvimento: a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) baseado na ideologia da Segurança Nacional. Mesmo assim, na medida em que o Estado brasileiro transitava para a superação da Ditadura Militar (e a reconstruindo das bases de um Estado de direito democrático-liberal) ocorre, ao mesmo tempo, um deslocamento administrativo dos projetos aeroespacial dos militares para os civis. Esse processo se completa com a criação em 1994, da Agência Espacial Brasileira (AEB) substituindo a COBAE.

“(...) o livre mercado passaria a ser o indutor do desenvolvimento nacional”, porém, usando como pano de fundo, a continuação na promoção de atividades espaciais de interesse nacional. (PEREIRA: 2008, p. 86)

Desde a implantação do CLA até os dias atuais são marcados por profunda ausência do Estado, particularmente, das autoridades locais em face dos problemas decorrentes da desagregação das comunidades tradicionais. Todo o processo de reivindicação tendo à frente o STR tomar ações jurídicas no intuito de garantir direitos constituídos com a ausência de titulação das terras através da transferência das famílias destituídas de suas ocupações tradicionais - áreas desapropriadas para o CLA.

Temos dentro da organização política em que os espaços limitados da democracia representativa restringem uma participação mais efetiva de uma ação direta da sociedade e mais diretamente dos atingidos, estão nas influências dos partidos políticos na composição dos movimentos sociais, intimidando o avanço de suas organizações que deveriam assumir uma postura autônoma e assim servir como contraponto às estruturas de poder que a todo o momento expressam suas diretrizes políticas hegemônicas na sociedade. Toda essa composição perpassa a uma condução das reivindicações dentro da esfera institucional jurídico/formal, obedecendo a uma *“linha prudente”* segundo remete Meireles (CHOAIRY: 2000) pesando uma desproporção nas representações sociais dentro estrutura capitalista.

“(...) A capacidade política quer evidentemente designar a capacidade de participar na vida política sob a forma, aliás única e exclusiva da participação nas eleições legislativas. Mas o termo tem um sentido mais alargado, fazendo referência à idéia de ‘capacidade real’, quer dizer à questão de saber o que podem fazer os homens na sociedade sobre a sociedade. (...)” (TRINDADE: 2003, p. 173)

É importante ressaltar, neste contexto, uma antinomia do conceito de Estado-Nação desenvolvido para caracterizar dentro do paradigma do progresso é imprescindível atentar para simetria entre os conceitos Nação e cidadania como sendo elementos de uma operação ideológica com o esvaziamento do conceito de classe, igualando todos os agentes da produção, convertendo-os sujeitos individuais (SAES: 1998)

Ao longo do processo de lutas sociais nas zonas de conflitos pelo território de Alcântara entre o CLA e as comunidades tradicionais, uma nova configuração se constituiu para definir os atores sociais. Com a formação do Movimento dos Atingidos da Base (MABE) pelo Seminário realizado em 1999, os remanescentes quilombolas ganharam uma representação mais expressiva, dando um caráter étnico às reivindicações de seu

reconhecimento recente na nova Constituição de 1988, com base no dispositivo do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A desapropriação das comunidades tradicionais levanta um ponto chave no que consiste a definição de propriedade da terra. Esse princípio levou os remanescentes de quilombos a um processo de *“invisibilidade”*, foram esquecidos durante séculos de sua formação em terras desagregadas das grandes propriedades monocultoras do século XVII, passaram todo seu tempo em se tornar *“invisíveis, simbólica e socialmente, para sobreviver”* (CARVALHO: 1995, p. 46)

Apesar da existência das oscilações vividas pelos movimentos sociais entre as propostas de lutas institucionais e as ações e manifestação direta, percebe-se recuos e avanços prestigiados nos últimos tempos trazendo novos significados de como as ideologias, principalmente as ideologias nacionalistas ganham matizes novas à medida que vão necessitando superar suas fronteiras geográficas para incorporarem ações de luta e solidariedade dentro de suas especificidades, denominando assim um *“novo internacionalismo”*. (ALMEIDA: 2007)

IV. SOBERANIA E ESTADOS NACIONAIS NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA

Os investimentos do grande capital transnacional vieram no sentido de proporcionar meios para que o setor privado ganhasse espaço nos investimentos que antes eram auferidos, exclusivamente, pelos Estados Nacionais uma vez que seus *“orçamentos governamentais”* tornaram-se *“enfraquecidos pela mudança de prioridades”* (SILVA FILHO: 1999)

Dentre as transformações ocorridas nesta Nova Ordem Mundial emerge um *“Novo Imperialismo”*, que o geógrafo David Harvey denomina como sendo definida pela consolidação de uma fusão por conseqüência contraditória entre a *“Política do Estado e do império,”* que busca desenvolver dentro de um projeto político as condições para acumular recursos naturais e humanos para fins políticos, econômicos e militares. (HARVEY: 2005, p. 31)

Como afirma Zbigniew Brzezinski, *“(...) os laços transnacionais ganham importância”*, e estamos caminhando em um *“processo político global”* que cada vez mais



transcendem limites nacionais. Constituído por uma sociedade em expansão científica sem precedente, intensifica a sociedade a um sentimento de insegurança. (BRZEZINSKI: 1971, p. 20)

Ao abordarem os problemas vividos pelas comunidades remanescentes de quilombos, analisando questões pertinentes ao direito de propriedade e à organização política de resistência, esbarram a modelos tradicionais em uma ótica da democracia representativa e que caem em uma limitação de superação dos problemas vividos por esses grupos étnicos, principalmente em se tratando de um pensamento colocado pela “*fatalidade econômica*” perpassada por uma análise neoliberal que estigmatiza diante da preocupação econômica e conduz a uma crise e a rejeição do político, interferindo em uma vontade e capacidade de agir; de se organizar devido a uma desqualificação das decisões e das vontades políticas face ao mercado. (TRINDADE: 2003, p. 172)

As medidas adotadas pelo Estado brasileiro (seja nos regimes políticos ditatoriais ou civis) sempre tiveram um caráter bastante similar, mesmo em conjunturas distintas. O Estado brasileiro sempre assumiu investimentos altíssimos para promoverem a construção das infraestruturas necessárias para que o Brasil assumisse um patamar de modernidade e que se aproximasse dos países desenvolvidos. Assim que se alcançava a definição em grandes projetos, um processo ou especulação de privatização rondava em seu entorno. Se institucionalmente não ocorresse, o retorno certo dos lucros estariam prioritariamente definidos ao setor privilegiado da sociedade, a classe detentora do capital, tanto nacional como a estrangeira.

V. CONCLUSÃO

Mesmo compreendendo não poder atingir uma totalidade, o presente estudo busca trazer uma reflexão, não no sentido de menosprezar os trabalhos já realizados, quando em sua maioria fazem uma abordagem da micro-história, dando prioridade a um estudo minucioso das comunidades remanescentes de quilombos, das agrovilas e daqueles propensos a serem possivelmente remanejados, ricos em detalhes de cunho antropológico e culturalista.

No entanto, em outro prisma, aplicando a história política como referencial metodológico, identifiquei uma série de questionamento de ordem das estruturas políticas



organizacionais dos movimentos sociais em detrimento das políticas de desestruturação socioeconômicas do Estado brasileiro contra as comunidades tradicionais de Alcântara reféns das políticas de expansão do programa espacial brasileiro através da expropriação de território para o CLA.

Instrumentalizado através do paradigma da modernidade que conduz a um entendimento das estruturas que solidificam a sociedade capitalista em uma nova fase que necessita de um olhar mais que urgente na macro-história por parte da academia para seu entendimento no conjunto das suas contradições, o processo de implantação e expansão do CLA apresenta uma demanda em que o próprio sistema capitalista impõe dentro dos modelos das relações sociais e de disputas políticas permanências e transformações que nos remetem a questionar as disputas territoriais entre as comunidades tradicionais e o Estado brasileiro entre a tradição e o moderno, respectivamente, traçando através da representação simbólica do progresso como nova forma de se apresentar para os remanescentes de quilombos em Alcântara um amalgama constituído como o novo “pelourinho tecnológico”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lúcio Flávio. *Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões*. In: Revista Lutas Sociais. Vol. 17/18, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais – NEILS, 2007.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *Entre duas eras. América: Laboratório do Mundo*. Rio de Janeiro-RJ. Ed. Artenova S.A., 1971.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: EDUSC, 2005
- CARVALHO, José Jorge de (org). *O quilombo do Rio das Rãs. História, Tradições, Lutas*. Salvador: EDUFBA, 1995.
- CHAVEAU. A.; TÉTARD Ph. (org.). *Questões para a história do presente*. EDUSC, 1999.
- CHOAIRY, Antonio César Costa. *Alcântara via para o espaço. A dinâmica da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara*. São Luís-MA. Edições UFMA-PROIN-CS, 2000.
- DAVIS, Mike. *Apologia dos bárbaros: ensaios contra o império*. – São Paulo: Boitempo, 2008.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo-SP: Ed. Loyola, 2005.



MARBELA, Jurandir; ROJAS. Carlos Aguirre (org). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

PEREIRA, Guilherme Reis. *Política Espacial Brasileira e a trajetória do INPe (1961-2007)*. Tese de Doutorado Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica da UNICAMP. Campinas-SP, 2008.

PÔRTO Jr., Gilson. *História do tempo presente*. EDUSC, 2007.

SAES, Decio. *Estado e democracia*. IFCH - UNICAMP, 1998.

SILVA FILHO, Durval Henrique da. *Considerações sobre a Comercialização do Centro de Lançamento de Alcântara*. Revista Eletrônica Espaço e Desenvolvimento. Número 07. Outubro/1999.

TRINDADE, Francisco. *A Estrutura do Título – Da Globalização à Autogestão. Ensaios de Filosofia Política*, 2003.

WALLERSTEIN, I. *Democracia: retórica ou realidade*. In: *O Declínio do poder americano*. Contraponto Rio de Janeiro, 2005.